

HISTÓRIA

EM  
DEBATE

ANAIS DO XVI<sup>º</sup> SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS  
PROFESSORES DE HISTÓRIA - RIO DE JANEIRO, 22 A 26 DE JULHO DE 1991.

# **HISTÓRIA EM DEBATE**

## **Problemas, Temas e Perspectivas**

ANPUH: 30 anos

**CNPq**

**InFour**

# O Jornal L'Amérique e a Historiografia da Crise do Final do Império Brasileiro.

*José Luiz Werneck da Silva*

Pascal Ory, analisando a época em que os “oportunistas” de centro-esquerda, à frente do governo da Terceira República Francesa, promoveram, com tanto êxito, a Exposição Universal Internacional de Paris, em 1889, ressaltou que *“a história quis que o primeiro centenário da Revolução Francesa de 1789 fosse festejado exatamente quando estavam no poder os homens que mais explicitamente se proclamavam seus herdeiros”*. Desta maneira - disse ele - a configuração das “forças do calendário”, no campo imaginário, com o poder político permitiu colocar em ação todos os recursos para o “funcionamento comemorativo republicano” o qual envolveu tanto a historiografia quanto o “monumental e o cerimonial”<sup>(1)</sup>.

Esta simetria semântica entre o “calendário” e o poder político não pôde, todavia, ser, entre nós, também observada em 1989 em face do quase constrangimento com que se comemorou “oficialmente” o centenário da proclamação da República no Brasil, cuja “celebração” não teve maior ressonância “nas forças do calendário”. É que se tornava extremamente difícil responder, então, à indagação: qual república comemorar? José Murilo de Carvalho, chamando a atenção para o fato de que, cem anos depois de proclamada, a república ainda não encontrara uma solução que articulasse uma solução social à solução democrática, concluía, inclusive, que ainda *“não proclamáramos a República”*<sup>(2)</sup>.

No exercício de uma postura crítica ante o processo social, à academia coube, naquele ensejo, não exatamente “comemorar” o centenário da República mas, antes, “refletir” sobre as múltiplas nuances daquela transição que, sob o ponto de vista político-social, representou a passagem do Império Oligárquico para a República das Oligarquias. Em outro trabalho, já tratamos desta transição, sob o ponto de vista historiográfico<sup>(3)</sup>. Por agora cabe-nos, apenas, constatar que - dentre as muitas visões “construídas” para a crise final do sistema monárquico no Brasil como, por exemplo, aquela fundada nos intelectuais da “Geração de 1870” - não se insere uma que, no limite do nosso conhecimento, ainda permanece à margem da historiografia, mesmo após a recente “reflexão” suscitada pelas “forças do calendário” despertadas pelos

“acontecimentos” dos centenários da abolição da escravatura e da proclamação da república.

Estamos referindo àquela visão - com a qual viemos trabalhando em nossa tese de doutoramento - “construída” pelos intelectuais partícipes do que poderíamos chamar de uma parcela externa, e em consequência peculiar, da *intelligentsia* brasileira; tal parcela conseguimos identificar em Paris nos anos 80 do século passado e se constituiu em torno do escritor e jornalista paraense F. J. de Sant’Anna Nery, afilhado do bispo Dom Macedo Costa que o levara para a Europa já nos anos 60.

Sant’Anna Nery, fixando-se em Paris desde 1875, se articulava seja com diplomatas (como o barão do Rio Branco, cônsul em Liverpool), com jornalistas (Domício da Gama, correspondente da *Gazeta de Notícias*) e com políticos (como o senador visconde de Cavalcanti) brasileiros, residentes, conquanto temporariamente, na capital francesa, seja com “*gens d’affaires*” parisienses, de há muito interessados na América Latina, particularmente no Brasil (como E. Lourdelet e A. Prince, da Câmara Sindical dos Negociantes-Comissionários). Atuando, por vezes, como representante de um verdadeiro “lobby”, Sant’Anna Nery fundou, em 1881, o jornal *Le Brésil Courrier de l’Amérique du Sud* e, em 1887, a *Sociedade Internacional de Estudos Brasileiros*, da qual Ferdinand Lesseps foi presidente de honra.

Mas, a iniciativa mais significativa deste “lobby” franco-brasileiro, sempre apoiado, oficiosamente, por D. Pedro II, no campo intelectual, foi a publicação, de maio a novembro de 1889, de um semanário, em francês, ilustrado e com oito páginas: *L’Amérique*, que circulou na França e na Inglaterra, em conexão com o Sindicato do Comitê Franco-Brasileiro e com o Comissariado Geral do Brasil que agenciaram a participação, não oficial, do Império do Brasil na Exposição Universal Internacional de Paris daquele ano<sup>(4)</sup>.

*L’Amérique*, cuja coleção completa foi por nós localizada na Biblioteca Nacional de Paris, era dirigido por Sant’Anna Nery que, na época, freqüentava o “círculo da rua de Rivoli, 119”, no apartamento de Eduardo da Silva Prado, junto a outros intelectuais brasileiros, como o Barão do Rio Branco, e a intelectuais franceses, como E. Levasseur ou portugueses, como Oliveira Martins. O semanário - além do Cotidiano da Exposição Tricolor - incluía seções permanentes dedicadas à economia, às finanças e às relações internacionais, às questões de emigração e à situação política do Império do Brasil. A análise destas seções permanentes nos permite perfilar *L’Amérique* junto aos monarquistas “modernos” que, dos *Champs de Mars*, apostavam na viabilidade do Terceiro Reinado, da princesa Isabel e das reformas liberais que

Ouro Preto procurava então implementar. Mas, nove dias depois do fechamento da Exposição Universal Internacional de Paris de 1889, Dom Pedro II foi deposto por uma “revolução nacional” (na linguagem da imprensa parisiense), fruto imediato da Questão Militar que Eduardo Prado, escrevendo para o *L’Amérique* de seu posto de observação à beira do Sena, considerava, apenas, “uma intriga de republicanos”.

*L’Amérique* nos permite, ainda, delinear a visão que aquela parcela externa da *intelligentsia* brasileira “construía” para a crise final do sistema monárquico em seu país. Escamoteando ideologicamente todas as restrições (ou desafios) que os problemas da natureza e da etnia então levantavam para os intelectuais que, no Brasil, debatiam nosso ingresso na modernidade, os articulistas do *L’Amérique* defendiam a idéia de que o Império era o mais civilizado país do Novo Mundo (latino-americano); “embora mais atrasado”, continuavam eles, o Império estava caminhando na mesma “senda do progresso”, trilhada pelo velho mundo e, para acelerar seu passo, bastaria que este mesmo Velho Mundo, atraído pela “estética do exótico” que inspirava a Seção Brasileira junto à Torre Eiffel, o surprende de capitais, emigrantes e técnicas<sup>(5)</sup>.

## NOTAS

- (1) ORY, Pascal. “Le Centenaire le la Revolution Française: la preuve par 1889”, in Pierre NORA (org.). *Les Lieux de Mémoire*: I. La République. Paris, Gallimard, 1984, pp.523-524.
- (2) CARVALHO, José Murilo de . “Ainda não proclamamos a República”, entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, domingo 15 de novembro de 1989, 1º Caderno, p. 13.
- (3) WERNECK DA SILVA, José Luiz . “A Lei Áurea Revisitada” (uma análise da Conjuntura 1888-1902)”. Encarte Especial Negros Brasileiros. Revista *Ciência Hoje* (SBPC-RJ, vol. 8, nº48, novembro de 1988, pp.10-13)
- (4) WERNECK DA SILVA, José Luiz . “Le Participation de l’Empire du Brésil à l’Exposition Universelle International de 1889 à Paris: Section Brésilienne au Champ-de-Mars”. *Colloque l’Exposition Universelle de 1889: Art et Industrie*. Musée d’Orsay, mai 1989. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, vol. 150, n. 364, julho/setembro de 1989, pp.417-420.

- (5) Utilizando as polêmicas de Silvio Romero, Roberto Ventura (*Estilo Tropical. História Cultural e Polêmica Literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991) evidencia como que, ambigualmente, neste debate, “raça e natureza” apareciam, no discurso dos intelectuais, ora como obstáculos, ora como inventivos a este ingresso.